

**MANIFESTO DOS PROFESSORES E TÉCNICOS-ADMINISTRATIVOS DO
INSTITUTO FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
À COMUNIDADE DE CANOAS**

Nós, docentes e técnicos administrativos do Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS) - *Campus* Canoas, manifestamos contrariedade e indignação com a atual conjuntura política nacional que visa deslegitimar e tirar garantias legais de trabalhadoras e trabalhadores de todo país. A Reforma da Previdência e a Reforma Trabalhista, ambas negociadas sem debate público qualificado pelo atual governo de Michel Temer, colocam em risco toda uma geração que trabalhou e trabalha em prol de conquistas de direitos sociais comuns a qualquer país que respeita seus trabalhadores, suas trabalhadoras e população em geral.

A Reforma da Previdência, que tramita no Congresso Nacional através da PEC 287/2016, visa alterar os artigos 37, 40, 149, 167, 195, 201 e 203 da Constituição Federal, para dispor sobre a previdência social, estabelecer regras de transição além de dar outras providências. As mudanças propostas são polêmicas e requerem a atenção de todos. A idade como critério único de aposentadoria de 65 anos, o fim da diferença entre homens e mulheres e entre trabalhadores do campo e da cidade, a redução do salário dos aposentados e a exigência de 49 anos de contribuição para o salário integral são todas medidas que objetivam inviabilizar o direito à aposentadoria. Da mesma forma, estão sendo impostos a toda sociedade brasileira de forma autoritária e, sobretudo, desrespeitosa, a restrição ao valor das pensões e o fim da condição especial para professores e professoras do ensino fundamental e médio. O Governo Federal simplesmente ignora a forte condição de desigualdade social que ainda existe entre os brasileiros, em todas as regiões e na maioria dos municípios.

Ao tentar justificar suas duras propostas, o Governo alega existir um déficit previdenciário como nunca antes visto. Além disso, argumenta que os brasileiros estariam vivendo mais, com uma população que tende a ter mais idosos enquanto os jovens, que sustentam o regime, diminuiriam. Sabemos que esses dados podem fazer sentido se observados de fora do contexto brasileiro real, qual seja, o contexto onde prioridades são escolhidas tendo no horizonte a proteção ao capital privado. Não se nega aqui a real necessidade de fortalecimento da Previdência, mas ele só ocorrerá com a melhoria das condições econômicas, através do aumento do emprego e de sua formalização. O combate à sonegação, a informalidade e um maior alcance da cobrança da dívida previdenciária seriam iniciativas muito mais efetivas do que a proposta de desmonte da Previdência. É importante, ainda, auditar a dívida pública, o que já vem sendo apontado por diversos setores da sociedade brasileira há anos.

Não satisfeito com tamanha arbitrariedade contra o povo brasileiro, o atual Governo, no dia 31 de março de 2017, sancionou o projeto de lei da terceirização no país. A nova legislação regulamenta a contratação de serviços terceirizados e amplia os casos em que a modalidade de contratação é legal. Pelo texto, os serviços principais das empresas, chamados atividades-fim, poderão ser terceirizados. É importante ressaltar que esse tipo de situação já é prevista e acontece em larga medida em todo território brasileiro com as atividades-meio. Essas experiências têm levado, há anos, um estado de total precarização do trabalho. Consideramos essa decisão e esse modelo um golpe contra os trabalhadores! A terceirização desvincula o trabalhador da empresa privada, ou pública, na qual trabalha, tornando-o empregado de uma empresa atravessadora de mão de obra que receberá o dinheiro em seu lugar.

Some-se a isso, a recente ideia que vem sendo afirmado pelo alto escalão do Ministério da Educação sobre a necessidade de cobrança de mensalidades nas Universidades e Institutos Federais, o que certamente afastará e impedirá mais pessoas da realização de cursos técnicos e superiores no Brasil.

Não podemos esquecer também de outros ataques deste Governo à população brasileira. Precisamos lembrar da PEC 55/2016, aprovada no ano passado, que congela gastos públicos por 20 anos. Quando associamos a Reforma da Previdência e a Reforma Trabalhista à PEC 55, percebe-se o tamanho da crueldade e o atraso que a implementação dessas medidas significa para o Brasil.

É por conta dessas diversas arbitrariedades que no mês de abril, nos mobilizaremos em variados momentos contra o atual Governo e suas políticas agressivas e desrespeitosas. Iniciamos nossa participação na agenda nacional de mobilização com a paralisação ocorrida no último dia 31 de março. Convidamos toda a comunidade de Canoas e do Rio Grande do Sul a permanecer atenta, informada e mobilizada contra a perda dos direitos conquistados por todos, trabalhadores e trabalhadoras do país.

Atenciosamente,

Coletivo de Docentes do *Campus* Canoas do IFRS

Técnicos – administrativos do *Campus* Canoas do IFRS